

NEOLIBERALISMO E A EROÇÃO NA DEMOCRACIA NO SÉCULO XXI

Neoliberalism and erosion in democracy in the 21st century

André Studart Leitão¹

Centro Universitário Christus

Émerson Vasconcelos Mendes²

Centro Universitário Christus

Andréa Porto Alves da Silva Serra³

Centro Universitário Christus

DOI: <https://doi.org//10.62140/ALEMAS842024>

Sumário: Introdução; 1. Neoliberalismo e suas concepções; 2. Erosão na Democracia no século XXI 3. Perspectiva de Futuro e Alternativas de manutenção democrática; Considerações Finais; Referências Bibliográficas.

Resumo: O presente artigo demonstra como o neoliberalismo, corrente de pensamento econômico e político ganhou força nas últimas décadas do Século XX e início do Século XXI, contribuindo para um aumento de desigualdades sociais e conflitos políticos. Possuindo ênfase na liberdade de mercado, na privatização, na desregulamentação e na redução do papel do Estado na economia, os interesses conceituais dessa ideologia colidem com os dilemas sociais e as crises democráticas. Este trabalho pretende analisar o sentido político do neoliberalismo, seus efeitos na sociedade contemporânea e sua relação com as principais crises políticas do sistema democrático, além de apresentar desafios e alternativas a serem enfrentados a médio e a longo prazo. Para tanto, foi realizada uma revisão da bibliografia recente e uma análise do cenário mundial acerca das erosões democráticas em países que perpetuam principiologicamente sua doutrina. Observa-se que a ideologia neoliberal reforça práticas liberais exploratórias e algumas vezes autoritárias, porém promovem uma construção de uma narrativa pautada na legitimação dos estados, mudanças constitucionais e legais. Portanto, é evidente traçar parâmetros limítrofes sobre o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e uma nova segmentação democrática para sua manutenção no século XXI, por meio de uma reconfiguração com um modelo alternativo mais inclusivo e visando diminuir as desigualdades sociais.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Erosão; Democracia; Século XXI; Alternativa.

Abstract

This article demonstrates how neoliberalism, a current of economic and political thought, gained strength in the last decades of the 20th century and the beginning of the 21st century, contributing to an increase in social inequalities and political conflicts. With an emphasis on market freedom, privatization, deregulation and the reduction of the State's role in the economy, the conceptual interests of this ideology collide with social dilemmas and democratic crises. This work aims to analyze the political meaning of neoliberalism, its effects on contemporary society and its relationship with the main political crises of the democratic system, in addition to presenting challenges and alternatives to be faced in the medium and long term. To this end, a review of recent bibliography was carried out and an analysis of the global scenario regarding democratic erosions in countries that perpetuate their doctrine in principle. It is observed that neoliberal ideology reinforces exploratory and sometimes authoritarian liberal practices, but promotes the construction of a narrative based on the legitimization of states, constitutional and legal changes. Therefore, it is evident to draw

borderline parameters regarding the balance between economic development and a new democratic segmentation for its maintenance in the 21st Century, through a reconfiguration with an alternative model that is more inclusive and reduces social inequalities.

Keywords: Neoliberalism; Erosion; Democracy; XXI century; Alternative

INTRODUÇÃO

Brevemente é necessário demonstrar o contexto do liberalismo nos anos 1930 que possuía como principais características a propriedade privada, o livre comércio e a dita “mão invisível do estado”, o tornando pouco intervencionista. O mundo passava por uma crise de recessão (Crise de 1929) após a concessão de créditos indevidos e estímulo ao consumismo.

Surge então, o Keynesianismo é uma teoria econômica desenvolvida pelo economista britânico John Maynard Keynes, que teve um impacto significativo nas políticas econômicas do século XX. Essa foi uma resposta à Grande Depressão da década de 1930, propondo uma intervenção ativa do Estado na economia para mitigar os ciclos econômicos de recessão e expansão. Keynes argumentou que, em tempos de recessão, a demanda agregada (ou seja, o total de gastos na economia) tende a ser insuficiente para manter o pleno emprego. Para corrigir isso, o governo deve intervir por meio de políticas fiscais e monetárias. Isso inclui o aumento dos gastos públicos e a redução de impostos para estimular a demanda, além de ajustar as taxas de juros para influenciar o investimento e o consumo.

Ao contrário das teorias econômicas clássicas, que defendiam que os mercados se autorregulam e sempre tendem ao equilíbrio, o Keynesianismo sustenta que, sem a intervenção do governo, a economia pode ficar presa em estados de baixo crescimento e alto desemprego. Assim, a intervenção estatal é vista como essencial para estabilizar a economia e garantir níveis aceitáveis de emprego e crescimento.

Essa abordagem influenciou significativamente a formulação de políticas econômicas, especialmente no pós-guerra, promovendo um modelo em que o Estado desempenha um papel central na economia para assegurar a estabilidade e o bem-estar social.

A erosão da democracia e o aumento descomunal das desigualdades e do aumento exponencial do uso dos recursos naturais, será contextualizado.

Será examinada a conexão entre o neoliberalismo e o enfraquecimento e as crises dos sistemas democráticos. O estudo tratará do surgimento de políticas antidemocráticas no Ocidente a partir das "ruínas" do neoliberalismo. Em seguida, serão apresentadas as perspectivas de diversos autores e obras da teoria política contemporânea sobre as crises e os dilemas enfrentados pelas democracias no século XXI.

Serão exploradas algumas perspectivas futuras, os problemas urgentes e as alternativas propostas no cenário político atual. Primeiramente, serão analisados alguns dos principais

problemas que as democracias liberais não conseguiram resolver, tais como a desigualdade e a destruição ambiental.

Dessa forma, a discussão desenvolvida nesta pesquisa espera contribuir para o debate científico sobre os rumos políticos da humanidade neste século, bem como para as perspectivas teóricas sobre as causas das crises sociais e políticas recentes.

1. NEOLIBERALISMO E SUAS CONCEPÇÕES

O neoliberalismo é uma abordagem econômica e política que emergiu no século XX, ganhando destaque nas décadas de 1970 e 1980. Suas raízes podem ser rastreadas até o liberalismo clássico, que advogava pelo livre mercado e pela mínima intervenção do Estado na economia. No entanto, o neoliberalismo se desenvolveu como uma resposta à percepção de falhas do Estado intervencionista e do modelo keynesiano que prevaleceram no pós-Segunda Guerra Mundial.

Os economistas Friedrich Hayek e Milton Friedman são frequentemente citados como os principais arquitetos teóricos do neoliberalismo. Hayek, em sua obra "O Caminho da Servidão" (1944), argumentou que a intervenção estatal excessiva levaria ao autoritarismo. Friedman, em "Capitalismo e Liberdade" (1962), defendeu a ideia de que a liberdade econômica é um pré-requisito para a liberdade política.

O neoliberalismo se baseia em algumas concepções centrais como a liberalização do mercado, ocasionando defende a redução de barreiras comerciais e a livre circulação de bens, serviços e capitais. Acredita-se que o mercado, quando livre de interferências, tende a ser o mecanismo mais eficiente para alocação de recursos.

O incentivo a privatização é proposto a transferência de empresas e serviços públicos para o setor privado, argumenta que a concorrência privada é mais eficiente do que a gestão estatal.

Desregulamentação, sugere a remoção de regulamentações governamentais, considerando-as obstáculos ao crescimento econômico e à inovação. Acredita-se que menos regulamentação promove um ambiente mais favorável para os negócios.

Redução da participação e intervenção estatal, a ideologia defende a limitação do papel do governo na economia, restringindo-o a funções básicas como a defesa nacional e a manutenção da ordem pública. A premissa é que o Estado deve intervir o mínimo possível na vida econômica e social.

No âmbito da definição marxista de neoliberalismo, entende-se que este se configura como uma estratégia política voltada essencialmente para o fortalecimento e

manutenção do poder da classe social dominante. Este fenômeno representaria um novo estágio do capitalismo, surgido após as crises estruturais das décadas de 1970. Assim, o neoliberalismo constitui uma ordem social que impõe uma nova disciplina ao trabalho e adota instrumentos de gestão baseados no livre mercado e na livre circulação de capitais.

A legitimidade da ideologia e do modelo neoliberal é sustentada por uma teoria político-econômica que propaga a ideia de que o livre mercado é o garantidor da liberdade de iniciativa, atribuindo ao Estado um papel mínimo, restrito à preservação da ordem institucional. De acordo com a análise marxista, a promessa de desenvolvimento feita pelo neoliberalismo é considerada ilusória.

Os resultados das políticas neoliberais em termos de crescimento econômico global são vistos pelos marxistas como medíocres, sendo o seu verdadeiro sucesso a ampliação dos lucros, o controle da inflação, a redução dos salários, o aumento da desigualdade social e a expansão da mercadorização. O lucro não se converte em crescimento, pois não é investido produtivamente, mas especulativamente, o que apenas promove transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos. (ANDRADE, 2019, p. 224)⁴

2. EROSÃO NA DEMOCRACIA NO SÉCULO XXI

O impacto do neoliberalismo sobre a democracia é evidente. Críticos argumentam que as políticas neoliberais podem contribuir para a erosão democrática de várias maneiras: a concentração de riqueza e poder, redução do papel do Estado e a deslegitimação das Instituições Democráticas. A seguir conceituaremos os tópicos controversos.

As políticas neoliberais frequentemente resultam em uma concentração de riqueza, o que pode levar a uma concentração de poder. Corporações e indivíduos ricos podem exercer influência desproporcional sobre o processo político, reduzindo a representatividade e a responsividade das instituições democráticas.

A diminuição do papel do Estado na provisão de serviços públicos, pode haver um enfraquecimento da capacidade do governo de garantir direitos sociais básicos, como saúde, educação e segurança. Isso pode alienar segmentos significativos da população, enfraquecendo o contrato social e a coesão social, elementos essenciais para uma democracia saudável.

A desregulamentação e privatização podem levar ao aumento das desigualdades econômicas e sociais, o que pode, por sua vez, alimentar o descontentamento popular. Este

⁴ ANDRADE, D. P.; CÔRTEZ, M.; ALMEIDA, S. Neoliberalismo autoritário no Brasil. Caderno CRH, [S. l.], v. 34, p. e021020, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.44695. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/44695>. Acesso em: 20 jul. 2024. , p. 224

descontentamento pode ser canalizado contra as instituições democráticas, vistas como incapazes de proteger os interesses da população em geral.

Esses argumentos são amplamente debatidos e refletem preocupações sobre o impacto do neoliberalismo não apenas na economia, mas também na sociedade e na política. Autores como David Harvey e Naomi Klein têm explorado as conexões entre as políticas neoliberais e os desafios contemporâneos à democracia, incluindo o aumento do populismo e o retrocesso democrático em várias partes do mundo.

Durante a década de 1970, diversas crises convergiram, delineando um novo período de formação da agenda neoliberal, que dominaria as décadas subsequentes. A crise da economia internacional nessa época interrompeu o crescimento contínuo das três décadas anteriores. Simultaneamente, houve um aumento das pressões por novos direitos redistributivos e de reconhecimento, além das guerras de independência e descolonização, da queda dos regimes fascistas remanescentes na Europa e da emergência de ditaduras militares na América do Sul. Este contexto configurou uma crise no compromisso social e na desconstrução do *homo politicus marshallianus*. (ABREU, 2008, p. 301).⁵

A resposta neoliberal programática emergiu com a ascensão de Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margaret Thatcher no Reino Unido, inaugurando um novo período de afirmação militante ou combativa do neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 242; DAVIES, 2016)⁶. Thatcher e Reagan apresentaram seu programa político como uma série de respostas à crise de ingovernabilidade da democracia. De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 194), esse diagnóstico também foi adotado por diversos outros governos e assumido por organizações internacionais como o FMI e o Banco Mundial.

O neoliberalismo ganhou força política com a ascensão de líderes como Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos. Thatcher implementou políticas de privatização, desregulamentação e redução de gastos públicos, que transformaram a economia britânica. Reagan, por sua vez, promoveu cortes de impostos, desregulamentação financeira e enfraquecimento dos sindicatos nos Estados Unidos.

Na América Latina, o neoliberalismo foi adotado de forma notável no Chile sob o regime de Augusto Pinochet, aconselhado por economistas da Escola de Chicago. As reformas neoliberais, incluindo a privatização de empresas estatais e a liberalização do comércio, resultaram em um crescimento econômico significativo, mas também em

⁵ ABREU, 2008, p. 301 ABREU, Haroldo. **Para além dos direitos: cidadania e hegemonia no mundo moderno**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008

⁶ Dardot, Pierre; Laval, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 242; DAVIES, 2016

profundas desigualdades sociais.

O horizonte do *homo politicus marshallianus*,⁷ que apostava no progressivismo intrínseco à dinâmica da democracia liberal, ver-se-ia assim triplamente fechado: pelas dinâmicas econômicas que levam ao desemprego estrutural e às crises fiscais permanentes do Estado, pelas dinâmicas políticas que corroem os espaços de criação e efetivação dos direitos de cidadania e por uma nova cultura neoliberal que mina os pressupostos da solidariedade e do igualitarismo como valores estruturantes da sociabilidade.

A crise financeira global de 2008, devido à sua amplitude e impacto, deixou uma marca relevante no início deste século. Diversos estudiosos do capitalismo identificaram fatores-chave que levaram a essa crise, como a expansão do setor financeiro impulsionada pela desregulamentação nas economias pelo mundo, e seus consequentes efeitos sobre o crescimento econômico e a produção. Desde então, uma vasta literatura tem se dedicado a analisar os antecedentes da crise, os seus desdobramentos e a caracterização do período neoliberal.

Destaca-se neste contexto a obra do sociólogo alemão Wolfgang Streeck, que oferece uma interpretação abrangente do período histórico recente, integrando uma análise de longa duração baseada na economia política. Streeck examina o neoliberalismo como uma variante do capitalismo, abordando seus amplos efeitos na esfera social e política. Ele argumenta que a crise recente reflete a complexidade do conflito entre capitalismo e democracia desde os anos 1970, enfatizando a necessidade de uma teoria crítica para compreender a organização das sociedades contemporâneas, especialmente as do Norte Global.

Segundo Streeck, o que se seguiu à desaceleração das taxas de crescimento foi uma "revolta" dos capitalistas, que conseguiram quebrar o pacto do pós-guerra entre capital e trabalho. Isso levou o Estado a enfrentar simultaneamente pressões populares por emprego e melhores condições de vida, e a resistência do capital em investir sob condições adversas e em suportar a carga tributária.

A crise fiscal subsequente não resultou, como alguns teóricos previram, da pressão popular por mais serviços públicos, mas da necessidade de financiar crises e problemas do capital, ao mesmo tempo que se reduzia a receita para manter a "competitividade". Isso levou à privatização de serviços públicos e à adoção de políticas de austeridade para alcançar superávits fiscais, caracterizando o que Streeck chama de "Estado de consolidação".

⁷ BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. *homo politicus marshallianus* equivalente a anêmico homo politicus da democracia liberal.

Essa análise de Streeck ressalta a crescente preponderância da justiça de mercado sobre a justiça social e o deslocamento do conflito redistributivo para arenas fora do controle da política nacional. Sua interpretação sugere a necessidade de retomar o controle sobre as políticas públicas, especialmente as de proteção social, e oferece uma base para a construção de uma agenda política alternativa. A obra de Streeck, enquanto centrada na perspectiva europeia, proporciona insights valiosos que podem ser aplicados em contextos globais, desde que se considerem as diferenças regionais e culturais .

A erosão da democracia no século XXI tem estado nomeadamente ligada ao aumento das políticas económicas neoliberais e ao aumento da desigualdade, como evidenciado pelas experiências de vários países. Aqui estão cinco países que exemplificam esta tendência, ilustrando os desafios enfrentados pelas instituições democráticas.

Estados Unidos, têm assistido a uma crescente polarização política e a um declínio nas normas democráticas, em parte atribuído à desigualdade de rendimentos e às queixas económicas. A recessão económica de 2008, iniciada nos corredores de *Wall Street* ainda não foi totalmente superada. A ascensão de movimentos populistas tem sido associada a políticas neoliberais que priorizam as liberdades de mercado em detrimento do bem-estar social, exacerbando a insatisfação pública e minando a confiança nas instituições democráticas.

A Hungria sob o governo do primeiro-ministro Viktor Orbán, sofreu um retrocesso democrático significativo, muitas vezes descrito como “democracia iliberal”. O governo de Orbán centralizou o poder, restringiu a liberdade de imprensa e enfraqueceu a independência judicial. Esta mudança é apoiada por reformas económicas neoliberais que limitaram as redes de segurança social, aumentando a desigualdade e promovendo o apoio público a medidas autoritárias como uma solução percebida para a instabilidade económica.

O Brasil, na eleição de Jair Bolsonaro(2018) marcou uma mudança em direção a uma governança mais autoritária, caracterizada por ataques ao poder judiciário, à mídia e aos direitos das minorias. Os desafios democráticos do Brasil foram exacerbados pelas políticas económicas neoliberais que levaram a medidas de austeridade, agitação social e aumento da desigualdade, criando um terreno fértil para a retórica populista e autoritária.

A Índia em as ações do governo sob a liderança do primeiro-ministro Narendra Modi levantaram preocupações sobre o retrocesso democrático, especialmente em termos de liberdade de imprensa e independência judicial. A liberalização económica e as políticas neoliberais levaram a disparidades significativas, que foram exploradas politicamente para promover narrativas nacionalistas e excludentes.

A Turquia por sua vez o Presidente Recep Tayyip Erdoğan tem consolidado cada vez mais o poder, minando as normas democráticas ao restringir a liberdade de expressão, enfraquecendo o poder judicial e manipulando os processos eleitorais. As políticas neoliberais, incluindo a privatização e a desregulamentação, contribuíram para a instabilidade económica e a desigualdade, alimentando sentimentos nacionalistas e autoritários

Estes exemplos demonstram uma tendência global mais ampla em que as políticas neoliberais, ao promoverem a desigualdade económica e minarem as redes de segurança social, contribuem para a erosão das instituições democráticas. Esta tendência sublinha a necessidade urgente de reformas políticas e económicas que possam restaurar a integridade democrática e resolver as queixas socioeconómicas que alimentam o populismo autoritário.

3. PERSPECTIVA DE FUTURO E ALTERNATIVAS DE MANUTENÇÃO DEMOCRÁTICA

O conceito político de neoliberalismo, assim trabalhado, pode contribuir para a reflexão sobre a crise das democracias contemporâneas, que tem sido objeto de crescente atenção na literatura.

As perspectivas de futuro flutuam em diversas visões. O conceito político de neoliberalismo permite estudos comparativos que identificam diferentes graus e modalidades de mudança nas regras, instituições e procedimentos do Estado, os quais, embora apontem para uma direção comum, são sempre singulares. Isso evita o uso generalizante e impreciso do conceito de neoliberalismo.

A visão integrativa da crise da democracia visa compreender a crise de maneira mais complexa, integrando variáveis institucionais, económicas, sociais e culturais. Modelos explicativos que tratam essas variáveis de forma isolada ou estabelecem correlações causais entre elas têm dificuldade em captar a multidimensionalidade do fenómeno.

O conceito político de neoliberalismo também serve para questionar explicações deterministas, mostrando como a ascensão do neoliberalismo resultou de uma ação coletiva histórica, de uma vontade política que se consolidou e se fortaleceu ao longo do tempo, marcada por várias conjunturas críticas cuja resolução não estava previamente determinada.

Considerando as análises sobre as crises do sistema democrático apresentadas, é relevante destacar alguns dos principais problemas globais de interesse público que a democracia liberal se propôs a resolver, total ou parcialmente, por meio dos governos nacionais. Contudo, tais problemas ainda não encontram uma solução estrutural na segunda década do século XXI.

Destacam-se dois eixos principais de problemas que precisam ser enfrentados e solucionados pelas gerações atuais e futuras: a desigualdade, que se manifesta por meio da pobreza extrema, da fome, de doenças, da concentração de renda e das mortes decorrentes desses fatores; a sustentabilidade socioambiental, cujo colapso é evidenciado pelo desmatamento desenfreado, pelo desmonte dos mecanismos estatais de fiscalização ambiental, pelo agravamento das mudanças climáticas e pela violência contra os povos originários.

Os noticiários jornalísticos alertam da necessidade de um novo modo de viver e dos riscos futuros, porém uma parte da população sugere que o aquecimento global é uma “balela” e as mudanças climáticas são acontecimentos presentes em todo século.

Ante esse cenário de aumento da desigualdade global e da aparente inércia ou cumplicidade frente à destruição ambiental, é evidente que questões fundamentais para a sobrevivência e o bem-estar das populações de todo o mundo permanecem sem solução ou são agravadas pelo modelo neoliberal e pela prevalência dos interesses das classes mais ricas.

Seja por meio dos mecanismos de transferência de recursos dos mais pobres para os mais ricos, seja pela destruição dos recursos naturais em prol do aumento dos lucros, o modelo neoliberal de acumulação capitalista, aliado ao sistema democrático, parece insuficiente para evitar as crises humanitárias e ambientais presentes e o colapso futuro.

Observa-se a necessidade de refletir sobre possíveis alternativas ao modelo político e econômico dominante. Não se trata de sugerir uma substituição simples, mas de realizar uma análise das diferentes abordagens e modelos de sociedade, a fim de elaborar e reavaliar arranjos políticos, econômicos e institucionais que promovam maior bem-estar à maioria da população e que estejam mais alinhados com os princípios de justiça social, desconcentração de renda e desenvolvimento sustentável.

Sugere-se a necessidade de políticas públicas que promovam a justiça social, a transparência governamental e a participação cidadã. Além disso, explora-se a importância de movimentos sociais e organizações da sociedade civil na construção de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e democrático.

A democracia participativa, envolvendo conselhos comunitários e orçamentos participativos permitindo diretamente a interação cidadã em alocação de parte dos recursos do orçamento público ganham força.

A Democracia Digital com utilização de plataformas online de participação utilizando a tecnologia para envolver os cidadãos em debates e votações. Além da transparência e

accountability (prestação de contas), ferramentas digitais para monitorar e cobrar ações de políticos e governantes.

Instituições financeiras de propriedade coletiva que visam o desenvolvimento local sustentável e cooperativas geridas pelos próprios trabalhadores ou consumidores, promovendo a distribuição justa de lucros e decisões. Há assim, a possibilidade de uma economia solidária.

Uma Democracia Deliberativa com grupos de cidadãos sorteados que deliberam sobre questões políticas importantes após receberem informações e debates equilibrados. Fóruns deliberativos, espaços onde cidadãos podem discutir e decidir sobre políticas públicas de forma informada e consensual.

Integrar a justiça social com a preservação do meio ambiente, promovendo políticas ecológicas e equitativas. Focar em economias locais que respeitem os limites ecológicos e promovam o bem-estar da comunidade, incentivando assim o ecossocialismo.

E por fim, a possibilidade de efetivação de uma Renda Básica Universal, permitindo maior liberdade e segurança financeira, além de redução da desigualdade combatendo a pobreza e a exclusão social de maneira direta e eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscou-se sistematizar, refletir e orientar uma vasta literatura sobre o neoliberalismo, com o intuito de desenvolver uma compreensão mais precisa e delimitada do conceito na Ciência Política e sua influência na corrosão democrática percebida ao longo dos anos no século XXI.

Este é um trabalho de aproximações sucessivas ao conceito, que deve ser sempre contextualizado historicamente e analisado empiricamente em suas interações. Não se pretende eliminar o caráter polêmico ou crítico do conceito, mas torná-lo mais operacional e dialogável, inclusive para aqueles que se opõem ao seu uso.

Na primeira parte, foi oferecida uma abordagem de filosofia política ao conceito de neoliberalismo, inserindo-o na tradição histórica do liberalismo, mas destacando suas diferenças em relação ao liberalismo clássico e sua crítica ao chamado liberalismo social ou igualitário. Reconheceu-se a diversidade de correntes doutrinárias e teóricas no neoliberalismo, enquanto se identificou um núcleo comum de ideias principais.

Posteriormente, foram delineadas as linhas gerais de uma grande narrativa histórica sobre a gênese do neoliberalismo, desde o final dos anos 1930 até os dias atuais. Foram identificados sua ascensão ao poder em governos centrais, a polarização de sua agenda a partir dos anos 1980, sua hegemonia sobre o liberalismo social nos anos 1990, e seu curso

mais nitidamente antidemocrático nos anos recentes e as novas barreiras histórico-estruturais ao progressismo liberal.

Essas mudanças globais na institucionalidade do Estado liberal, analisando-as em cada contexto histórico específico, considerando as variações de herança e resistência às mudanças. Atingindo áreas como economia, políticas sociais, regulação do trabalho, regime penal, regulação dos meios de comunicação de massa e o próprio regime de competição eleitoral, essas mudanças teriam institucionalizado uma correlação de forças extremamente desfavorável às classes trabalhadoras, mulheres e pessoas não-brancas.

As significativas dificuldades que a democracia liberal enfrenta para fornecer as condições básicas necessárias ao bem-estar humano a longo prazo, bem como a exploração de alternativas de modelos de produção que não se baseiam no neoliberalismo, são questões centrais. A partir dessas reflexões, conclui-se que os fracassos do neoliberalismo são um dos principais fatores que alimentam as crises da democracia, evidenciando a urgência de se pensar em alternativas políticas e econômicas para este século.

Essas alternativas devem ser capazes de garantir, de maneira efetiva, condições de igualdade e dignidade humana a longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU, 2008, p. 301 ABREU, Haroldo. **Para além dos direitos: cidadania e hegemonia no mundo moderno**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Necropolítica e Neoliberalismo**. Caderno CRH, [S. l.], v. 34, p. e021023, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.45397. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/45397>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- ANDRADE, D. P.; CÔRTEZ, M.; ALMEIDA, S. **Neoliberalismo autoritário no brasil**. Caderno CRH, [S. l.], v. 34, p. e021020, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.44695. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/44695>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- BENEDITO, S. M. . **Neoliberalismo e crise do capitalismo democrático: da abordagem econômica aos fundamentos da sociedade**. Revista Agenda Política, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 219–240, 2024. DOI: 10.14244/agenda.2023.2.10. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/801>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: neoliberalism stealth's revolution*. New York: Zone Book, 2015.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIES, William. *The Neoliberal State: Power against 'Politics'*. **O Estado Neoliberal: Poder contra a 'Política** In: CAHILL, Damien et al. (eds.). *The SAGE Handbook of Neoliberalism*. Londres: SAGE Publications, 2018.
- DAVIES, William. *The new neoliberalism*. **O novo neoliberalismo** *New Left Review*, vol.101, p. 121-134, 2016.

- KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. Tradução de Mário Ribenboim. São Paulo: Nova Cultural, 1982.
- FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalism and Freedom*. Chicago e Londres: University of Chicago Press, 40th Anniversary Edition, 2002.
- FRASER, Nancy. The end of progressive neoliberalism. **O fim do neoliberalismo progressista**. Dissent Magazine, 2017. Disponível em: https://www.dissentmagazine.org/online_articles/progressive-neoliberalism-reactionary-populism-nancy-fraser. Acesso em: 20 junho. 2024. (versão traduzida de Henrique Mendes).
- GUIMARÃES, J.; CRUZ, C. E. C. **Neoliberalismo e Ciência Política**: contribuições teóricas sobre a crise da democracia. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 24, 2021. DOI: 10.5216/sec.v24.60911. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/60911>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- GÉRARD, Roland. Understanding institutional change: fast-moving and slow-moving institutions. In J. Kornai, L. Matyás & G. Roland (Eds.), *Institutional change and economic behaviour* (p. 134-159). London: Palgrave Macmillan, 2008.
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo** São Paulo: Boitempo, 2011.
- MANKIWI, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução de José Márcio Rego e Pedro M. M. Rodrigues. São Paulo: LTC, 2013.
- OLIVEIRA, A.R. **Neoliberalismo e as crises das democracias no século XXI: Reflexões e Alternativas**. *Kínesis*, Vol. XV, nº 39, dezembro 2023, p. 1-31.
- RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavía, 2018.
- SKIDELSKY, Robert. Keynes: **O retorno do mestre**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Editora Record, 2011.
- STREECK, Wolfgang. **As Crises do Capitalismo Democrático**. *Revista Novos Estudos/CEBRAP*, n. 92. p. 35-56, 2012.
- STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. São Paulo: Boitempo, 2018.